



Procedimento Administrativo - PGR - PA-PGR

1.00.000.008145/2020-55

Volume I

Capa:

Representação pela propositura de ação direta de inconstitucionalidade em face do art. 17, §2º, da Lei Estadual nº 20.254/2018, do Estado de Goiás, com a redação dada pela Lei Estadual nº 20.510/2019, que estabeleceu a possibilidade de promoção de magistrados seguida de opção de permanência, caso titularizem cargos nas comarcas que foram elevadas para a entrância intermediária.

Resumo:

Representação pela propositura de ação direta de inconstitucionalidade em face do art. 17, §2º, da Lei Estadual nº 20.254/2018, do Estado de Goiás, com a redação dada pela Lei Estadual nº 20.510/2019, que estabeleceu a possibilidade de promoção de magistrados seguida de opção de permanência, caso titularizem cargos nas comarcas que foram elevadas para a entrância intermediária.

Partes:

REPRESENTANTE - RENATO CESAR DORTA PINHEIRO

REPRESENTADO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Distribuição:

PGR - 28/04/2020 - PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA: CONSTITUCIONAL

Grupo temático principal:

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Tema:

10646 - Inconstitucionalidade Material (Controle de Constitucionalidade/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO), 601094 - Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI (Controle Concentrado de Constitucionalidade/Ajuizamento de Ação/Constitucional/PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA), 601096 - Ato Estadual (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI/Controle Concentrado de Constitucionalidade/Ajuizamento de Ação/Constitucional/PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA)

Observação:

Município(s):

QUIRINÓPOLIS - GO

Movimentado para:

29/04/2020 - PGR/AJCONST/PGR - ASSESSORIA JURÍDICA CONSTITUCIONAL/PGR